

TEMATIZANDO O RITUAL DE LINGUAGEM*

Renata Marcelle Lara Pimentel**

Resumo: O ritual é tratado, neste estudo, como linguagem, considerando a falha elemento constitutivo da língua. Como a ideologia se materializa nas práticas rituais, e estas falham, há possíveis bloqueios na ordem ideológica. Explorando contribuições de Louis Althusser, Michel Pêcheux encontra nas teorizações do autor sobre o ritual a falha como a possibilidade mesma da resistência, pois o assujeitamento, questão incontornável para o sujeito, ao mesmo tempo livre e responsável, não acontece sem brechas na interpelação. Proximidades e distanciamentos entre Pêcheux e Foucault também são requeridos para se pensar o ritual de linguagem. Explicações, diálogos e confrontos teóricos mobilizam a busca por compreender o ritual em sua sujeição a falhar para, assim, pensar o ritual telejornalístico, constituído pela falha, nos domínios próprios da Análise de Discurso francesa pècheutiana. A tese defendida é de que no mesmo ponto de encontro material que se produz o efeito de evidência este se desfaz.
Palavras-chave: Ritual. Falha. Linguagem. Discurso. Ideologia.

1. INTRODUÇÃO

A partir de “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”¹, o funcionamento ritual da linguagem no que diz respeito à falha como sendo constitutiva (possíveis bloqueios da ordem ideológica), portanto, ao não-fechamento dos sentidos pela inscrição da língua na história, advém como forte preocupação nas teorizações de Michel Pêcheux. Contudo, embora disseminado em seus

* Este texto foi configurado com base na tese de doutoramento **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico**, referendada teórica e metodologicamente na Análise de Discurso francesa fundada por Michel Pêcheux.

** Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Docente do Curso de Graduação em Comunicação Social (Jornalismo/Publicidade e Propaganda) e do Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Publicidade e Negócios do Centro Universitário de Maringá (Cesumar). E-mail: renatamlara@yahoo.com.br; renatamlara@cesumar.br.

¹ Artigo escrito em 1978 por Michel Pêcheux e publicado como Anexo III, em 1982, na tradução inglesa do livro *Les vérités de La Palice*, e em 1988, na tradução brasileira. Comentários sobre esse retorno crítico de Pêcheux a suas próprias teorizações, presentes no Anexo III, podem ser observados em Maldidier (2003) e Teixeira (2005).

estudos que marcam uma nova fase da trajetória pècheutiana, o *ritual*, como objeto específico de investigação, não é tematizado.

A busca por compreender a linguagem como ritual, em sua especificidade, que permitisse uma configuração temática, tendo como base central os fundamentos discursivos de Pêcheux, levou-nos a explorar essas *disseminações*, como brechas, nas teorizações do filósofo e de outros pesquisadores cujos estudos influenciaram seu pensamento, como é o caso de Louis Althusser, além das proximidades e confrontos com Michel Foucault.

Este ensaio, em meio a explorações de intercâmbios e enfrentamentos teóricos sobre o ritual como linguagem, demarca-se nos domínios da Análise de Discurso (AD) francesa, com base nos estudos de Michel Pêcheux, trazendo à discussão elementos constitutivos do ritual: *a falha, a ideologia, o assujeitamento e a resistência*. Configura-se, assim, frente a embates suscitados em meio a determinados confrontos teóricos, também na contemporaneidade, no que tange a essas noções formuladas por Pêcheux, centralmente em torno do ritual.

Objetiva-se, portanto, compreender o ritual como linguagem, tendo a *falha* como constitutiva, para assim explorar teorizações acerca do ritual telejornalístico também em sua sujeição a *falbar*. Como se produz essa eficácia da notícia e, ao mesmo tempo, como ela está sujeita à desestabilização constitui-se na problemática deste estudo.

2 PRÁTICAS RITUAIS, IDEOLOGIA E RESISTÊNCIA

Duas teses, enunciadas de forma conjugada por Althusser (s.d., p. 91), explicitam a relação do sujeito com a ideologia: “só existe prática através e sob uma ideologia”; “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos”. Essa existência material da ideologia em um aparelho de Estado (jurídico, político, religioso, escolar, familiar, da informação, entre outros), e nas suas práticas, derruba a suposta “existência ideal” atribuída às ideias. Estas são “*actos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, que são também definidos pelo aparelho ideológico material*”, logo, sua existência é material (ALTHUSSER, s.d., p. 88-89, grifos do autor).

Como a ideologia se materializa nas práticas rituais – mesmo que seja “uma missa pouco freqüentada numa capela, um enterro, um pequeno desafio de futebol numa sociedade desportiva, um dia de aulas numa escola, uma reunião ou um *meeting* de um partido político, etc”, conforme Althusser (s.d., p. 87-88, grifo do autor) –, e esses rituais são rituais de linguagem, sujeitos a *falhas*, há sempre a possibilidade de brechas, fissuras, espaços fugidios na *interpelação*.

Em outra formulação, porque o ritual é sujeito à *falha* é possível falar em resistência. Essa é a essência do sentido, sempre dividido – sua contradição constitutiva. Brechas para advir o “não sentido”. Conforme Orlandi (2007), este tem a ver com a *falha* porque aponta para o sentido que *poderá vir a ser*, isto é, o irrealizado. Esse *ainda não realizado* pode ser compreendido quando Pêcheux (1990), no artigo “Delimitações, inversões, deslocamentos”,² refere-se ao “*irrealizado do movimento popular*”, permitindo pensar que a resistência se inscreve no interior do movimento, e não fora dele. Tal resistência funcionando no interior mesmo da dominação, por um *sujeito dividido, inscrito no simbólico*, e não como uma oposição consciente direta, de um exterior para um interior, também é focalizada no Anexo III de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

A explicitação de rituais em sua forma material, no dizer althusseriano, extravasa como ponto de interesse desta discussão. Mais especificamente ao compreendermos, com base em Pêcheux (1990; 1997b), que todo ritual está sujeito a *falhas*, e sendo ele um ritual de linguagem, a *falha* é constitutiva da língua. Nas suas palavras, “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso”³ (1997b, p. 300-301, grifo do autor).

² Texto deste autor publicado no Brasil em 1990 e, anteriormente, na França, em 1982, sob o título “Délimitations, inversions, déplacements”.

³ No mesmo livro, em momento anterior a tal afirmação, Pêcheux (1997b, p. 262) já havia explicado que o próprio Lacan, ao dizer que a fórmula da metáfora era “uma palavra por outra”, traria uma nota “excepcionalmente esclarecedora”, explicando que “a metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*”. A partir de tal esclarecimento, Pêcheux formula em seu dizer o sentido de “transferência (*meta-phora*)”. Embora tomemos como referência a 3ª edição Brasileira (1997) de *Les Vérités de La Palice*, traduzida no Brasil por *Semântica e discurso: uma crítica à*

A discussão sobre ritual, em Pêcheux, portanto, configura-se na explicitação dessa “língua inatingível”, dessa *incompletude constitutiva*, do *impossível do fechamento* e do controle pleno dos sentidos. Para isso, centra-se no chiste (no *witz* judeu e no *joke* anglo-saxão).

Considerando a existência de um *real da língua* e de um *real da história*, Pêcheux situa o sentido como necessário à possibilidade mesma de existência do sujeito, que se põe em relação com a realidade *na e por meio da* linguagem. O “real da língua”, esse *impossível*, próprio a ela, é atravessado por *falhas* (GADET; PÊCHEUX, 2004). Ao discutir que a língua é sujeita à *falha* e que esta é “constitutiva da ordem do simbólico”, Orlandi (2001) distingue *falha* de *equivoco*. Considera *este* “fato de discurso”. Segundo explica, é a inscrição da língua (suscetível à *falha*) na história que produz o *equivoco*. Portanto, *este* se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente.

Se o sentido se produz no “*non-sens* do inconsciente”, como reafirma Pêcheux (1997b, p. 300), “em que a interpelação encontra onde se agarrar”, e se “a metáfora se localiza no ponto preciso” em que tal sentido é produzido – retomando Lacan no contexto em que foi trazido –, o funcionamento dessa língua *falha* na história produz o *equivoco*. Disso buscamos nos ocupar investigando os caminhos que levaram Pêcheux a pensar a linguagem como ritual com *falhas* e discutindo o funcionamento (do) ritual em meio a um ritual específico de linguagem, assim como outros, suscetível a *falhar*: o telejornal(ismo).

Partamos da ideia de “homogeneização lógica” em funcionamento, presente no imaginário em sociedade, sustentando a existência de um “mundo semanticamente normal”, posto a ver por Pêcheux (1997a) em *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Nesse mundo, as instituições do Estado, sejam públicas ou privadas, trabalham na manutenção dessa normalidade evidente ao “sujeito pragmático” – assim referido pelo autor. Realizam uma “coerção lógica disjuntiva”, em que a contradição não é nunca aceita como constitutiva, mas como o “impossível” de se dar no mesmo lugar, ao mesmo tempo. Daí essa “necessária” separação estanque entre conceitos que se opõem, como

afirmação do óbvio, a edição francesa é de 1975; anterior, portanto, ao artigo “*Délimitations, inversions, déplacements*”, de 1982, como já referido, quando Pêcheux retoma essa discussão da metáfora, com base em Lacan.

certo e errado, casado e solteiro, empregado e desempregado, verdadeiro e falso e tudo aquilo que exige do sujeito uma tomada de posição linear, conforme Pêcheux (1997a, p. 31), ao se supor, nesses espaços discursivos “logicamente estabilizáveis”, que “todo sujeito falante sabe do que se fala”.

Esse sujeito, ou “cada um de nós”, segundo o autor, tem “coisas-a-saber (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’ – porque esse real é impiedoso” (PÊCHEUX, 1997a, p. 34-35). Essa ilusão de liberdade, de poder escolher entre X ou Y, de fazer *isso* ou *aquilo*, esse “teatro da consciência”, como diz Pêcheux (1997b, p. 154) em *Semântica e discurso*, é, segundo tese althusseriana, trabalho da ideologia.

Nas próprias palavras de Althusser (s.d., p. 113, grifos do autor): “o indivíduo é *interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto, para que ‘realize sozinho’ os gestos e os atos de sua sujeição*”. E continua: “*Só existem sujeitos para e pela sua sujeição. É por isso que ‘andam sòzinhos’ [sic]*”.

Ao mesmo tempo rebatendo leituras funcionalistas da noção de assujeitamento em Althusser e se retificando quanto a um “assujeitamento pleno”, Pêcheux (1997b, p. 300) reconhece que “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*”. É por esse “retorno crítico sobre a questão do sujeito”, como se referiu Malidier (2003, p. 66), realizado no Anexo III à edição inglesa (e, posteriormente, à edição brasileira) de *Les Vérités de La Palice*, que se faz possível pensar a resistência, tomando a língua como ritual, e, por assim ser, sujeita a *falhas*.

Pêcheux explicita o *impossível* do assujeitamento perfeito justamente no lugar por onde se dá a interpelação: o inconsciente. Afirma que “o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto”. E continua explicando que isso se dá “porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na

simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsação’ pela qual o *non-sens* inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (PÊCHEUX, 1997b, p. 300).

Esse filósofo encontra na questão ritual a formulação de uma resposta, inscrita, de certa forma, no próprio dizer althusseriano, para desfazer a ilusão de um “assujeitamento pleno” – construção atribuída a Althusser, por seus desafetos, e que lhe rendeu severas críticas por ter ousado teorizar sobre o “*indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia*”. Explorando uma *brecha* no interior do discurso althusseriano, traz, na retificação do Anexo III de *Semântica e discurso*, um trecho das afirmações finais de *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, para, em seguida, permitir suscitar a *falha*: “Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada”, afirma Althusser (s.d., p. 118). Sequencialmente, Pêcheux (1997b, p. 301) conjectura que “o lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica), bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já-aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta”.

Não significa, contudo, que haja uma coincidência entre a ordem do inconsciente e a ordem da ideologia, como se o *lapso* ou o *ato falho* fossem “as bases históricas de constituição das ideologias dominadas”, conforme explica Pêcheux (1997b, p. 301). Não é pela oposição direta entre ideologia dominada e ideologia dominante que se dá a resistência, mas na *falha* constitutiva da língua, e, por assim dizer, das próprias ideologias – o que fica mais visível em “Delimitações, inversões, deslocamentos”, quando afirma (1990, p. 16) que “toda dominação é antes de tudo uma dominação interna”.

Pêcheux (1997b, p. 304) se atém, então, a dois pontos que considera incontornáveis: “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”, e “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”.

Resumidamente, podemos dizer que a impossibilidade de haver um *assujeitamento pleno* ou um *sujeito centrado* deve-se ao fato de que todo sujeito é um sujeito de linguagem, e esta é *falha*. É ao considerar a interpeção ideológica como *ritual* que Pêcheux produz o

reconhecimento da *falha* na interpelação, no *non-sens* do inconsciente. Se a *falha* se dá na interpelação no inconsciente, ponto mesmo em que a ideologia torna o indivíduo sujeito do seu discurso, não é fora da ideologia, a qual se busca “combater” – no sentido de confrontar ideologias dominantes e dominadas, por exemplo –, que a resistência se faz possível. Ao contrário, é do seu interior, justamente no ponto em que se dá a quebra do ritual e o advir do equívoco. Nesse sentido, entendemos a afirmação de Malidier (2003) quanto à tese da interpelação ideológica permanecer o “fundo teórico”, só que, de alguma forma, “invertida”. Conforme a autora (2003, p. 70), “não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito”. Assim “lapsos, atos falhos, etc, inscrevem traços de resistência e de revolta”.

O que permitiu, a nosso ver, portanto, a Pêcheux chegar à possibilidade de se pensar a resistência, ou seja, repensar a ideia da interpelação ideológica, o assujeitamento, foi a sua própria capacidade de reler Althusser, no interior daquilo mesmo que fez suscitar as críticas ao pensamento althusseriano.

3 EXPLORAÇÕES E DESLOCAMENTOS (A PARTIR) DE FOUCAULT

Em Foucault, o ritual também não é abordado como objeto específico de estudo. No livro *A ordem do discurso*⁴, pode ser observado como um agrupamento de sistemas de restrição discursiva. Diferentemente de Pêcheux, contudo, Foucault não discute o ritual como *falha* (o impossível fechamento dos sentidos) e não considera a interpelação ideológica (sujeição à língua inscrita na história) nessa prática. A tese althusseriana da *interpelação do indivíduo em sujeito* não é focalizada, mas sim o movimento inverso já centrado na *individualização do sujeito pelo Estado*. Como veremos adiante, por mais que o processo de interpelação do indivíduo em sujeito esteja intocado (quer-se ausente) nos estudos de Foucault, consideramos que só se pode pensar essa

⁴ A referência utilizada é a 6ª edição brasileira, de setembro de 2000, publicada pela Editora Loyola. A publicação original francesa data de 1971. O livro apresenta a aula inaugural proferida por Foucault em 2 de dezembro de 1970, no *Collège de France*.

individualização a partir da forma-sujeito, resultante do trabalho ideológico. Embora Foucault não teorize sobre *falhas* no ritual, a resistência se faz presente, mas no que tange a relações de micropoderes e não pelo fato de que a língua impõe resistência, como explorado por Pêcheux.

Em meio a diálogos e duelos explicitados ou estabelecidos entre Foucault e Pêcheux, Gregolin (2006, p. 134, grifos da autora) toca num ponto, segundo ela, sempre problemático nas leituras feitas desses autores, que aparece no questionamento: “Como pensar as *resistências* dentro dessas teses que pensam o *assujeitamento* (seja à ideologia, seja aos micro-poderes)?”. Em Foucault, não há uma inter-relação linguagem, ideologia e inconsciente, na figura do simbólico. Assim, a resistência não é tratada neste campo, diferentemente do que ocorre com Pêcheux.

Gregolin afirma, contudo, que embora Foucault não tenha se preocupado em explicitar em termos teóricos os mecanismos da linguagem, isso se faz presente em reflexões mais vastas de sua obra, não se prendendo à constituição de um campo estrito de análise de discurso. Ao se referir a “Foucault, os sujeitos e as resistências”, Gregolin (2006, p. 136) afirma que, para esse autor, “o fato de haver uma ‘disciplinarização’, de ter sido necessário desenvolver mecanismos de controle e de vigilância contínuos demonstra que os sujeitos lutam”. E é dessa luta que “deriva, como consequência, o fato de que nenhum poder é absoluto ou permanente”, mas sim “transitório e circular”. Isso “permite a aparição das fissuras onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infundável da libertação dos corpos”.

Em nossas explorações teóricas sobre as restrições discursivas, observamos, quanto aos procedimentos internos, de limitação dos discursos (que funcionam, segundo o pensamento foucaultiano, para *conjurar os acasos de sua aparição*), “as disciplinas”, isto é, o “princípio das disciplinas” como aquele que pode ter algo a ver com a possibilidade de *quebra no ritual*, advinda pela *resistência*, tal como a entende Foucault (2000). Mas é também mais provável que o *poder disciplinar* configure, no seu interior, essa quebra, de forma mais visível, seja nos estudos que tematizam a *Microfísica do poder*, contidos no livro assim intitulado, seja em *Vigiar e punir*, marcando-se diferentemente do pensamento pêcheutiano.

No livro *Microfísica do poder*, que reúne textos da década de 1970 e cuja publicação francesa também corresponde a esse período, Foucault (2003)⁵ procura dissociar o *poder* de *aparelho de Estado*, rejeitando uma identificação entre eles, ao considerar a existência de micropoderes distribuídos na sociedade. Para ele, o poder não é apenas repressivo, mas disciplinador/normatizador. E onde há poder e saber se inscreve a possibilidade da *resistência*. Ao discutir “Soberania e disciplina”, Foucault (2003, p. 186) apresenta o que chama de uma “quinta precaução metodológica”. Entende ser provável “que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas”, mas se diz incrédulo quanto a serem ideologias aquilo que se forma na base. Na sua interpretação, são bem menos e bem mais do que isso.

Foucault (2003, p. 186, grifo nosso) considera instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Isso significa, portanto, na compreensão do autor, que “o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que *não são construções ideológicas*”.

Em *Vigiar e punir*, publicado na França em 1975, Foucault (1997)⁶ discute esse *assujeitamento*, em funcionamento na sociedade, a nosso ver, não levando à mesma indigestão, no campo teórico, desencadeada pela tese althusseriana da interpeleção; embora também tenha produzido uma desestabilização do efeito de liberdade do sujeito. O incômodo provocado pelo *sujeito* de Althusser se explicita em meio a uma afirmação de Pêcheux (1997b, p. 297) ao comentar leituras reducionistas da complexidade de *Aparelhos Ideológicos do Estado*: “Como se o Ressentimento não perdoasse a Althusser o fato de ter designado politicamente a Peste do assujeitamento e o de ter tentado chamá-la por esse nome teórico [...]”.

A temática da individualização, que Foucault (1997, p. 161) formula, mostra a passagem de “mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral”. O momento em que se faz

⁵ Referência-se neste ensaio a 18ª edição brasileira, de 2003. A primeira edição brasileira é de 1979.

⁶ Tomamos como referência a 16ª edição brasileira, de 1997.

possível a existência das ciências do homem é também quando se colocaram em funcionamento “uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo”. Para ele, o *indivíduo* é, indubitavelmente, “o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade”, assim como “uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a ‘disciplina’”.

Haroche (1992, p. 178) já havia feito menção à formulação de Foucault partindo da afirmação de que “Althusser não vê na própria noção de sujeito senão a manifestação da ideologia”. Em nota explicativa, tomando como base a obra *Vigiar e punir*, diz que “o Estado, com efeito, como Foucault soube notavelmente mostrá-lo, ‘transforma’, ‘reduz os sujeitos em indivíduos, aplica-se, e isto claramente desde o século XIX, em individualizar’ cada sujeito”.

O que Haroche indica explorar é a determinação do sujeito na relação com a história – a seu ver, colocada de lado em Althusser. Para ela, reconhecer que os indivíduos existam e funcionem sempre como *já-sujeitos*, isto é, na *forma-sujeito*, como *sujeitos*, não significa que essa forma seja invariável quanto ao curso da história. A problematização do que chamou de “caráter ‘de-subjetivado’ de sua [Althusser] concepção de sujeito” conduz Haroche a discutir a passagem de uma *forma sujeito-religioso* para a *forma sujeito-de-direito*, ou seja, de um *assujeitamento* às leis de Deus, passa-se a um *assujeitamento* a leis do homem, ao Estado.

O lugar que aqui reservamos a Foucault se deve ao fato de a questão da individualização perpassar discussões na análise de discurso. A forma da contradição entre a *interpelação ideológica* e a *individualização pelo Estado* é focalizada em Orlandi (2001), partindo da proposta de Pêcheux de uma “teoria não subjetivista da subjetividade”. Ela (2001, p. 105) busca explicitar, então, o que chamou de “duplo movimento na compreensão da subjetividade”, cujo desconhecimento, segundo entende, “leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito”.

Primeiramente a autora traz à discussão a tese althusseriana de interpelação ideológica como “forma de assujeitamento”. Esta, mesmo modulada diferentemente em épocas distintas, leva o indivíduo, tomado pelo simbólico, na história, a subjetivar-se, ser sujeito, ao mesmo tempo alijado e, imaginariamente, senhor de seu dizer. Trata-se da forma-sujeito

histórica, que tem uma constituição material. Considerando esse *sempre-já-sujeito* e a *linguagem* como parte de sua relação com o mundo, pode-se compreender, segundo Orlandi (2001, p. 106), um segundo momento teórico – fazendo referência explícita a Foucault –: “o estabelecimento (e o deslocamento) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e o deslocamento) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado”.

O sujeito-de-direito, forma-sujeito do capitalismo, aparece como o indivíduo livre (direitos) e responsável (deveres) que, para exercer essa ilusão de liberdade, deve submeter-se às leis, frente ao Estado e a outros indivíduos. Mas esse *sujeito individualizado*, de Foucault, caracteriza-se por um percurso “bio-psico-social” que deixa de lado a questão da linguagem. Orlandi (2001) explica que não se pode considerar o indivíduo já como individual antes do processo de interpelação ideológica em sujeito, pois considerar um sujeito “já individualizado” é deixar de fora o simbólico, o histórico e a ideologia que possibilita a interpelação.

No Anexo III de *Semântica e discurso*, Pêcheux (1997b, p. 302) posiciona-se frente a esse pensamento foucaultiano quanto a uma possível resistência em meio ao processo de individualização do sujeito pelo Estado, no qual o simbólico é deixado de lado por Foucault:

Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe. Farei a hipótese de que esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e conseqüente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os procedimentos de domesticação animal. Esse biologismo larvado, que ele partilha, em todo o desconhecimento de causa, com diversas correntes do funcionalismo tecnocrático, torna, conseqüentemente, a revolta totalmente impensável, pois, assim como não poderia haver “revolução dos bichos”, também não poderia haver extorsão de sobre-trabalho ou de linguagem no que se convenciou chamar reino animal.

Na sequência, Pêcheux (1997b, p. 302) conclui: “Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classe é o motor dessa história”. Confrontadamente, “e se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico”.

Nossa busca por compreender as teorizações de Pêcheux leva a defender que mesmo essa *individualização*, tratada por Foucault, não existe fora da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito. Partir de um *indivíduo* já *individual* apenas produz um efeito de apagamento do simbólico. Esse sujeito *livre* e *submisso* ao mesmo tempo, na sua forma-sujeito, individualizado pelo Estado, funciona tão bem, tão conjugado ao pragmático, que é ele mesmo o próprio sustentáculo das instituições públicas ou privadas (ou dos aparelhos ideológicos do Estado) ou mesmo de (outros) poderes disciplinares, já que os consideramos interligados às instituições.

Se “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos”, retomando a tese althusseriana, as ideologias presentes nos discursos institucionais/disciplinares só existem *por* e *para* sujeitos. Seja sob o poder dos “aparelhos disciplinares”, retomando Foucault, ou sob o controle dos “aparelhos ideológicos”, aludindo a Althusser, o sujeito vive a sua contradição constitutiva.

4 RETOMANDO PÊCHEUX NO RITUAL TELEJORNALÍSTICO

A partir de Pêcheux (1997b), consideramos, nas próprias engrenagens de um ritual de linguagem, a *falha* advindo, constitutivamente. O que nos leva a olhar o telejornal, para além de um discurso ritualizado (produto), como discurso ritual (funcionamento), em que algo *falha*, no seu próprio interior, no seu funcionamento. A investida teórico-analítica que fazemos da relação entre as materialidades verbal e visual, conjugadas na constituição do telejornalístico em sua discursividade, implica compreendê-lo como um ritual em seu momento de veiculação.

A conjunção dessas materialidades inscreve-se, nas condições de produção do discurso, no telejornal, como fundante da própria possibilidade de existência do telejornalismo. Ao contrapor o jornal impresso ao telejornal, observa-se que uma possível ausência da conjunção entre fotografia e texto verbal escrito não impossibilita a existência da configuração da notícia em papel. Contudo, a não confluência das materialidades verbal e visual implica a ausência do jornalismo em TV, pois tal conjunção é própria da especificidade telejornalística.

Se esse encontro material é fundante, requer, ao menos, que nos arrisquemos a olhar para ele, em busca de um dispositivo analítico capaz de esboçar um ponto de entrada material no telejornalismo, como um ritual de linguagem que necessita de diferentes formas de linguagens conjugadas, acontecendo no “ir ao ar”.

Chegamos ao ponto de encontro requerido por esta investigação: o de um sujeito que não pode controlar todos os sentidos e o de uma língua que não lhe é totalmente acessível ou sequer transparente. Quando se pensa num ritual de linguagem, esses pontos são fundantes, não podendo ser desconsiderados. Mas se, de um lado, esses princípios corporificam-se num campo prático, de funcionamento da língua(gem), por outro, eles são apagados ou mesmo silenciados no fazer cotidiano jornalístico.

O sujeito, na sua necessária “homogeneidade lógica”, no seu reconhecimento de si mesmo, como *eu* ao se diferenciar do outro como *você* ou ao se identificar com ele, buscando reproduzi-lo, cumpre o seu lugar no ritual de linguagem, na condição de telespectador. Na *posição-sujeito telespectador*, a identificação com um efeito de realidade que se quer crível, essa evidência inexistente *na e pela* linguagem, invisível a si mesma, é indício da sustentação de uma construção de eficácia do telejornal.

O poder, diz Foucault (1997, p. 161), produz “rituais da verdade”, ainda mais considerando que esse poder dispõe de um elemento fortemente favorável à sustentação de uma realidade para o sujeito: a imagem. Em nota explicativa a respeito da multiplicação dos *espectros* (entendemos por *espectros* a referência à mídia audiovisual), Pêcheux (1990, p. 24) afirma que “o olho é ainda mais crível que o ouvido”. Esclarece que, “diferente de um enunciado, uma imagem não tem

alhures, não se pode aplicar a ela uma transformação negativa ou interrogativa”. Ao menos este é o efeito produzido como resultado da forma como a imagem é trabalhada nos telejornais, sendo *dita pelo verbal* e não *se dizendo* em sua própria discursividade.

Os sentidos não possuem uma origem empiricamente localizável. Esse efeito de realidade, advindo no momento mesmo do acontecimento ritual (veiculação telejornalística), não se produz isoladamente na imagem, porque a ela, a nosso ver, na conjuntura ritualística em que se encontra, já afetada pelo discurso verbal, há, em determinados funcionamentos discursivos, algo que *falta*. Esta *falta* ou o “sem-sentido”, como se refere Orlandi (2007, p. 65), resultante dessa composição verbal-visual ao mesmo tempo *falha*, coloca fora do discurso “o que poderia ser significado a partir deles [dos sentidos] e do esquecimento produzido por eles para que novos sentidos aí significassem”. O fora da memória, explica Orlandi (2007, p. 66), “não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido”, mas sim “está in-significado, designificado”. O efeito de evidência da notícia telejornalística, portanto, dar-se-á, então, na junção entre a materialidade visual e a materialidade verbal mediante esquecimentos (por um processo de apagamento da memória; há certos sentidos lá, mas invisibilizados), e também daquilo que é colocado fora da memória (sentidos censurados; ausentes, interditados; silenciamento de uma formação discursiva).

Se o estatuto da ideologia é produzir (o efeito de) evidência, no telejornalismo esse mecanismo põe-se duplamente em funcionamento: ele *re*-produz o efeito de realidade no efeito de evidência. A ideologia da instituição (tele)jornalística funciona nas ideologias inscritas nos discursos de outras instituições das quais retira, ou que lhe oferece, o suposto “acontecimento (tele)jornalístico”. (Efeito de) *Acontecimento Discursivo* que se funda num conceito de informação como *dado* quantificável e localizável, como *ações* possíveis de responsabilizar alguém ou que alguém seja responsabilizado por elas, ainda que por sua ausência; funda-se, também, na ocupação de lugares sociais pelos sujeitos, sejam eles de autoridade (cargos seletos) ou autorizados (que ganham *status* para o dizer em circunstâncias específicas).

Ao tomar para si a informação como a base da existência da notícia, ao re-produzir essa necessidade pragmática de informar e estar informado sobre o mundo, ao colocar em funcionamento as ideologias

institucionais, seja em conjunção, subordinação ou apagamento, o telejornal estabelece uma relação de identificação e reprodução da organização urbana. Esta funciona regida por uma ordenação do mundo, submetido a leis, normas, regulamentos, divisões, demarcações, interditos e individualizações ao mesmo tempo homogeneizantes.

“Tudo” o que foge a essa organização será exposto à visibilidade como se fosse uma *deformação*. O que puder ser julgado favorável ao fortalecimento e à *re-a-firmação* da ordem do discurso urbano será exibido como *integração*. A desorganização é, portanto, o que foge à aparente normalidade desse urbano (a cidade funcionando regulada e regulamentada).

Nesse jogo de tentativa de fechamento dos sentidos, *como pensar a falha, a incompletude da língua, num ritual que não se quer falho, já que falhar é expor-se ao invisível, ou seja, desestabilizar o seu próprio ponto de sustentação? A falha existe. E faz-se possível no interior do próprio movimento ritual, já que ela é justamente o ponto em que ele se estilhaça*. No telejornal, a conjunção entre verbal e imagem, ao mesmo tempo em que sustenta o efeito notícia, leva à sua desestabilização, pois o “não-sentido” (*falha*) e o “sem-sentido” (*falta*) continuam ressoando para além do apagamento/silenciamento das especificidades materiais produzidas nesse (*des*)encontro.

5 CONSIDERAÇÕES RITUAIS(LIZADAS)

Des-dizer, in-completude, não-fechamento, pontos de deriva entranham-se e emaranham-se na tessitura dos textos numa relação de in-coerência des-contínua. Há uma falta constitutiva à língua funcionando nessa constante re-corrência por administrar os sentidos. Tentativa re-incidente de domínio do fugido e do in-apreensível. Contradição inerente aos sentidos que, ao mesmo tempo, abrem-se e fecham-se, e, ao se fecharem, reclamam sentidos; outros, nos mesmos. “Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade. Assim o homem (se) significa. Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições” (ORLANDI, 2000, p. 53).

Pensar em ritual de linguagem é, pois, reconhecer a *resistência* como *constitutiva* e não simplesmente como confronto-oposição entre posições que se querem divergentes. Para explicar esse movimento dialético, citamos Lagazzi-Rodrigues (1998) quando retoma o trabalho da resistência a partir da reflexão de Pêcheux (1990) quanto às fronteiras entre o realizado e o alhures dos movimentos revolucionários. A autora (1998, p. 76) explica que “a resistência é normalmente tomada como luta por mudanças”, o que indica uma *resistência para chegar a algo*. E, na sociedade moderna, “como possibilidade de mudança nas relações marcadas pela individualização”, apontando uma *resistência a algo*. Contudo, esclarece a autora, na prática discursiva os sentidos da resistência imbricam-se. “Na determinação material das forças a luta de resistência é por mudança e contra a mudança”, *na mudança*, pois os limites entre o realizado e o alhures são fluidos. Entende que a resistência deve ser considerada na contradição entre “a sujeição ao poder e a luta contra o poder”. É nessa contradição que se torna possível resistir, nesse movimento de estranhamento e mudança.

A resistência é indispensável para se pensar a *falha* nesse ritual. Leandro Ferreira (2000, p. 24, grifo da autora) explicita que “a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos” para a Análise de Discurso, mas “*lugar de resistência*”, isto é, “lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido)”. Sendo a *falha* constitutiva da língua, toda materialidade impõe resistência.

“Mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras” são algumas das formas de resistência referidas por Pêcheux (1990, p. 17). Por essas “quebras de rituais”, ainda segundo ele, dá-se “o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição” (grifo do autor). Em meio a essas quebras (de) rituais a “certeza” telejornalística desestabiliza-se e põe-se ao questionamento, incomodando, desdizendo, requerendo sentidos outros, sempre em aberto.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, s. d.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000. Or. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

_____. **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo: Graal, 2003 [1979].

_____. **Vigiar e punir**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1997 [1975].

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. 120 f. Tese (Doutorado em Lingüística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007. p. 59-67.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Or. *Délimitations, inversions, déplacements*. *L'Homme et la Société* (63/64), p. 53-69, 1981.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997a.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b.

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da PUC, 2005.

Recebido em 15/05/09. Aprovado em 10/07/10.

Title: Theorizing the ritual of language

Author: Renata Marcelle Lara Pimentel

Abstract: In this study ritual is approached as language, and the failing a constitutive element of the language. Since ideology materializes in the ritual practices, these fail, there are possible blockades at the ideological order. Based on the works by Louis Althusser, Michel Pécheux finds in the author's theorizations on the ritual the failing as the very possibility of resistance, since subjecting, an unavoidable issue for the subject, at once free and responsible, does not occur without breaches in interpellation. Approximations and distancing between Pécheux and Foucault are also required to think the ritual of language. Theoretical clarifications, dialogues and confrontations all mobilize the search for understanding the ritual in its subjection to failing in order, thus, to reflect on the TV news ritual, constituted by failure, within the domain of the Pécheuxian French Discourse Analysis. The thesis here supported is that at the very material point of encounter in which the effect is produced, it is unmade.

Keywords: Ritual. Failure. Language. Discourse. Ideology.